

**O DISPENSÁRIO FARMACÊUTICO E O HOSPITAL ESCOLAR  
DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA ENTRE 1772 E 1779 – TRAÇOS GERAIS**

João Rui Pita\*

Ana Leonor Pereira\*\*

Victoria Bell\*\*\*

**Resumo** – Neste artigo, os autores abordam a fundação do Hospital Escolar da Universidade de Coimbra em 1772, tendo como ponto de partida os Estatutos pombalinos da Universidade e outros textos legislativos e regulamentares. Analisam a importância da fundação do Hospital Escolar para finalidades assistenciais e para o ensino médico. Apresentam, ainda, um estudo do Dispensatório Farmacêutico e da sua inserção na dinâmica assistencial do Hospital Escolar, bem como do seu notável contributo para o ensino médico e farmacêutico e fornecimento de medicamentos ao público.

**Palavras-chave** – Hospital Escolar; Dispensatório Farmacêutico; Universidade de Coimbra; Marquês de Pombal; Século XVIII.

**Abstract** – With this essay, the authors approach the foundation of the University Hospital of Coimbra in 1772, based on Pombal's regulations of the University and other legislative and regulating documents. They analyze the importance of medical assistance and education in the objectives of the foundation of the University Hospital. They introduce, as well, a study of the Dispensatorio Farmaceutico and its integration in the health care dynamics of the University Hospital, as well as its notable contribution to the medical and pharmaceutical education, and supply of medical drugs to the public.

**Keywords** – University Hospital; Despensatorio Farmaceutico; University of Coimbra; Marques de Pombal; 18<sup>th</sup> century.

---

\* Professor da Faculdade de Farmácia; Investigador do CEIS20 – Universidade de Coimbra, Email: jrjrita@ci.uc.pt \*\* Professora da Faculdade de Letras; Investigadora do CEIS20 – Universidade de Coimbra. Email: aleop@ci.uc.pt \*\*\* Professora da Faculdade de Farmácia; Investigadora do CEIS20 – Universidade de Coimbra. Email: victoriabell@ff.uc.pt

## Introdução

A fundação do Hospital Escolar em 1772 inseriu-se na dinâmica valorizadora do espírito experimental estimulada pelo Marquês de Pombal para a Universidade de Coimbra<sup>1</sup>. Juntamente com o Hospital Escolar foram fundados na Universidade outros estabelecimentos destinados ao ensino das ciências experimentais. Dependentes da Faculdade de Medicina foram fundados, igualmente, o Teatro Anatómico e o Dispensatório Farmacêutico. Dependentes das Faculdades de Filosofia e de Matemática foram fundados o Laboratório Químico, o Gabinete de História Natural, o Gabinete de Física Experimental, o Jardim Botânico, o Laboratório Químico e o Observatório Astronómico. Foram também fundadas duas novas Faculdades: de Matemática e de Filosofia, que se juntaram às quatro já existentes de Leis, Teologia, Cânones e Medicina. A fundação de todos aqueles locais destinados ao ensino, investigação e algum serviço à comunidade tem que ser entendida no contexto mais vasto de dinamização do espírito experimental e da valorização do trabalho laboratorial<sup>2</sup>. O Hospital Escolar, o Teatro Anatómico e o Dispensatório Farmacêutico estavam diretamente dependentes da Faculdade de Medicina e destinavam-se ao ensino e investigação clínica, da anatomia e da arte farmacêutica. O Dispensatório era a botica do Hospital Escolar e produzia medicamentos para os doentes do hospital e para doentes externos. Servia, também, como local de ensino. O seu funcionamento tem que

---

<sup>1</sup> Artigo integrado nas atividades científicas do Grupo de História e Sociologia da Ciência e da Tecnologia do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20 (UID/HIS/00460/2013).

<sup>2</sup> Veja-se João Rui Pita (coord.), *Ciência e experiência. Formação de médicos, boticários, naturalistas e matemáticos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2006. Leiam-se outros estudos relevantes como, por exemplo: Rómulo de Carvalho, “As ciências exactas no tempo de Pombal”, in *Como interpretar Pombal? No bicentenário da sua morte*, Lisboa, Edições Brotéria, 1983, pp. 215-232; Rómulo de Carvalho, “A Física na Reforma Pombalina”, in *História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal*, vol. 1, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1986, pp.143-168; Amélia Ricon-Ferraz, “Os estudos médicos em Portugal após a reforma pombalina”, *Colóquio/Ciências*, 13, 1993, pp. 67-90; Miller Guerra, “A reforma pombalina dos estudos médicos”, in *Como interpretar Pombal? No bicentenário da sua morte*, Lisboa, Edições Brotéria, 1983, pp. 277-295.

ser entendido na relação que estabelecia com a Faculdade de Medicina, com o ensino médico e farmacêutico e com o próprio hospital escolar.

### Os Estatutos da Universidade de Coimbra de 1772 e o Hospital Escolar

Em 1772 foi fundado na Universidade de Coimbra, através dos Estatutos pombalinos, o Hospital Escolar<sup>3</sup>. Pelos mesmos Estatutos foram fundados, igualmente, no âmbito da Faculdade de Medicina, o Teatro Anatómico e o Dispensatório Farmacêutico. Estes três estabelecimentos tinham por objetivo obedecer aos propósitos valorizadores do ensino experimental que o Marquês de Pombal pretendeu conceder à Universidade de Coimbra na renovação que se processou em finais do século XVIII<sup>4</sup>.

A fundação na Universidade de Coimbra destes estabelecimentos e outros como o Laboratório Químico e o Jardim Botânico tinha por objetivo o ensino e a investigação no domínios das ciências e práticas da saúde. Mas, também, nalguns casos, de serviços à comunidade, como era o caso do Hospital Escolar e do Dispensatório Farmacêutico, bem como do Laboratório Químico.

O Hospital destinava-se sobretudo ao exercício da medicina prática, isto é, da parte clínica. Mas também era importante para a cirurgia.

---

<sup>3</sup> Vejam-se cópias dos diplomas relativos à fundação do Hospital Escolar em Arquivo da Universidade de Coimbra – A.U.C., Nova fundação e reformação da Universidade: Livros (1772 a 1779). IV- 1.º D-3-2-7 a 9.

<sup>4</sup> Sobre Marquês de Pombal e a universidade leia-se a obra Ana Cristina Araújo, (coord.), *O Marquês de Pombal e a Universidade*, 2.ª edição, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014. Vejam-se, outros estudos sobre a multifacetada da reforma pombalina e o século XVIII em Portugal, por exemplo: Armando de Castro, “A política económica do Marquês de Pombal e a sociedade portuguesa do século XVIII”, *Revista de História das Ideias*, Coimbra, 4 (1982-1983) pp. 41-50; Luis A. de Oliveira Ramos, “Projeções do reformismo pombalino”, *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, 6, 1984, pp. 595-612; Joaquim Veríssimo Serrão, *O Marquês de Pombal. O homem, o diplomata e o estadista*, Lisboa, Câmaras Municipais de Lisboa, Oeiras e Pombal, 1982; Manuel Augusto Rodrigues, “Alguns aspectos da reforma pombalina da Universidade de Coimbra - 1772”, in *Pombal revisitado*, vol. 1, Lisboa, Editorial Estampa, 1984, pp. 209-223; Joaquim Ferreira Gomes, “Pombal e a reforma da Universidade”, in *Como interpretar Pombal? No bicentenário da sua morte*, Lisboa, Edições Brotéria, 1983, pp. 235-251

Ribeiro Sanches (1699-1783), que influenciou de forma decisiva os Estatutos da Universidade de 1772, era inequívoco ao escrever o seguinte:

O meu intento é que os estudantes destinados a esta ciência comecem a frequentar o hospital uma ou duas vezes por dia, pelo menos, desde o primeiro dia que entrarem a aprender a medicina. É também o meu intento que todos aprendam no mesmo hospital a cirurgia prática, sangrar, fazer as operações cirúrgicas, saber aquelas das ataduras, do mesmo modo que todo o médico deve saber dissecar um cadáver, destilar um espírito vegetal ou mineral, assim deve saber curar uma ferida e fazer uma operação, por exemplo da hérnia, ou com o trépano<sup>5</sup>.

Deste modo, não é de estranhar que os Estatutos de 1772 referissem que “é necessário que um hospital bem regido e administrado se considere como estabelecimento essencial da Faculdade e como a melhor cadeira da medicina”<sup>6</sup>. Esta afirmação não pode esconder as influências que Hermann Boerhaave (1668-1738) teve em Ribeiro Sanches pois o eclético médico holandês entendia ser o hospital uma das principais ou a principal aula de medicina no sentido em que o hospital era capital para a aprendizagem médica. Ribeiro Sanches, como se sabe, foi discípulo de Boerhaave em Leyde. E foi ele um dos pilares essenciais da reforma do ensino médico da Universidade de Coimbra de 1772. Para Ribeiro Sanches o hospital deveria ter quatro enfermarias distintas destinadas a diferentes públicos. Retenhamo-nos nas suas palavras: “a primeira será para os estudantes pobres que não tiverem com que se possam curar nas suas enfermidades e para os ricos que quiserem ser tratados no Hospital à sua própria custa, para maior segurança do seu curativo”<sup>7</sup>; a segunda era destinada aos “oficiais e mais pessoas anexas e privilegiadas da Universidade”<sup>8</sup>, sendo as restantes para os “pobres da cidade e seus subúrbios”<sup>9</sup>, e divididas entre homens e mulheres. Para além destas quatro enferma-

---

<sup>5</sup> António Nunes Ribeiro Sanches, “Metodo para aprender e estudar a Medicina”, in Sanches, António Nunes Ribeiro, *Obras*, vol. 1, Coimbra, Universidade, 1959, p. 41.

<sup>6</sup> *Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)*, vol. 3, Coimbra, Universidade, 1972, p. 114.

<sup>7</sup> *Idem*, p. 115.

<sup>8</sup> *Idem*, p. 116.

<sup>9</sup> *Idem, ibidem*.

rias previa-se, ainda, a existência de uma “enfermaria particular”<sup>10</sup> que seria destinada aos doentes que seriam examinados pelos alunos do último ano do curso de medicina para a prestação de exame.

Para gerir os destinos do hospital estabelecia-se a existência de um administrador que seria um dos dois lentes de Prática. Este era o nome vulgarmente atribuído às disciplinas relacionadas com a parte clínica do curso de medicina. O cargo era alternado de três em três meses, sob tutela da Congregação da Faculdade de Medicina e do reitor da Universidade. Verifica-se então que o hospital estava na dependência direta da Universidade e, por isso, o nome de Hospital Escolar traduz a relação com a Universidade e a Faculdade de Medicina<sup>11</sup>.

Os Estatutos da Universidade de 1772 também são claros ao referir que o Teatro Anatómico, numa hierarquia dos estabelecimentos dependentes da Faculdade de Medicina, era o que se encontrava imediatamente a seguir ao Hospital. Os Estatutos referem que “o Teatro Anatómico é, depois do Hospital, o estabelecimento mais necessário e essencial da Faculdade”<sup>12</sup>. A anatomia era entendida como a “base”<sup>13</sup> da cirurgia mas também da medicina propriamente dita, isto é, da parte clínica. Recorde-se que no início do século seguinte, a cirurgia foi considerada como a parte “mais adiantada”<sup>14</sup> e “mais útil”<sup>15</sup> da medicina. Os Estatutos ao reportarem-se à relação entre medicina e cirurgia eram muito claros ao inscrever: “não sendo possível que ela se ensine nem aprenda verbalmente nas aulas, porque necessariamente requer um exercício contínuo de demonstrações feitas nos cadáveres e de operações executadas neles pelos mesmos estudantes (...) é conseqüentemente necessário que haja um lugar destinado para estas lições com todos os aparelhos e requisitos que elas demandam”<sup>16</sup>. No mesmo texto oficial referia-se que o Teatro Ana-

---

<sup>10</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>11</sup> Leia-se um estudo aprofundado sobre o funcionamento do Hospital Escolar e sua relação administrativa com a Faculdade de Medicina em João Rui Pita, *Farmácia, medicina e saúde pública em Portugal (1772-1836)*, Coimbra, Livraria Minerva, 1996.

<sup>12</sup> *Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)*, vol. 3, *op. cit.*, p. 120.

<sup>13</sup> *Idem*, p. 120.

<sup>14</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>15</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>16</sup> *Idem, ibidem.*

tómico deveria estar apetrechado com tudo o que fosse necessário para o estudo prático das ataduras, partos e operações cirúrgicas. Estas áreas do saber médico eram versadas no programa do curso médico sendo de lembrar que no segundo ano do curso existia a disciplina de Anatomia, Operações Cirúrgicas e Arte Obstetrícia. A administração do Teatro Anatómico estava a cargo do lente de Anatomia que era auxiliado pelo demonstrador da mesma disciplina<sup>17</sup>.

O Dispensatório Farmacêutico na hierarquia dos estabelecimentos devotados ao ensino experimental na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra era o terceiro estabelecimento. O Dispensatório Farmacêutico era a botica do Hospital Escolar produzindo medicamentos para os doentes do Hospital e para doentes externos e servia como local de ensino prático para os alunos de Medicina da disciplina de Matéria Médica e Arte Farmacêutica. Servia igualmente como local de aprendizagem da Arte Farmacêutica para os alunos boticários. Era tutelado pelo lente de Matéria Médica e Arte Farmacêutica e era administrado por um boticário que fazia a gestão diária do estabelecimento.

O reitor-reformador da Universidade de Coimbra, Francisco de Lemos, na obra *Relação Geral do Estado da Universidade*, em 1777<sup>18</sup>, isto é, cinco anos após a entrada em vigor dos novos Estatutos da Universidade de Coimbra, referia que os diversos locais da Faculdade de Medicina destinados ao ensino experimental ainda não se encontravam em funcionamento. O Hospital Escolar, apesar de pronto, em 1777, ainda não estava em funcionamento. O Teatro Anatómico ainda não estava terminado e pronto a funcionar em pleno embora já fossem autorizadas algumas demonstrações anatómicas. O Dispensatório Farmacêutico estava concluído faltando nomear o boticário e receber os alunos boticários, isto é, ainda não estava funcionar. Daqui se deduz que em 1777 os diversos locais destinados ao ensino experimental da medicina ainda não se encontravam em funcionamento pleno. Somente sete anos depois da publicação

---

<sup>17</sup> *Idem*, p. 122.

<sup>18</sup> Veja-se Francisco de Lemos, *Relação geral do estado da Universidade (1777)*, Coimbra, Universidade, 1980. Trata-se de um balanço muito importante sobre a situação da Universidade alguns anos após a reforma de 1772.

dos Estatutos de 1772 é que as obras ficaram concluídas para início da sua laboração. Isto não é de estranhar pois as obras foram vultuosas e seria necessário aguardar alguns anos até estarem terminadas. Foi a 19 de Março de 1779 que foram inauguradas as novas instalações do Hospital. A transferência do hospital das antigas para as as novas instalações teve lugar a 19 de Março de 1779 com início às 14 horas. A sessão não foi uma simples mudança de lugar. Além da transferência dos doentes, houve um ato solene pois, por iniciativa do reitor da Universidade, partiu da Praça de S. Bartolomeu onde estava instalado o Hospital Real uma procissão que integrava lentes da Universidade com as insígnias doutorais, estudantes e outras pessoas integrantes do corpo académico universitário. Na ocasião foi feita, igualmente, a transladação do Santíssimo Sacramento da capela do Hospital Real para a capela do Hospital Escolar<sup>19</sup>.

Foi assim que começaram a ser transferidos e aceites os primeiros doentes no Hospital Escolar e é justamente neste ano que o Dispensatório Farmacêutico iniciou o seu trabalho. O novo hospital tinha lugar para 68 doentes<sup>20</sup>. Alguns anos depois já se encontrava sobrelotado. Com algumas adaptações passou a poder instalar 80 doentes<sup>21</sup>. Em 1810 o total de camas do hospital era de 120<sup>22</sup>. As obras de remodelação dos edifícios

---

<sup>19</sup> Leia-se sobre este assunto João Rui Pita, *Farmácia, medicina e saúde pública em Portugal (1772-1836)*, op. cit., p. 272 e seguintes. Veja-se, também, Alberto Pessoa, “Hospitais da Universidade”, *Boletim dos Hospitais da Universidade de Coimbra*, 2(2) 1931, p. 10.

<sup>20</sup> Ribeiro Sanches propunha um hospital escolar com 30 a 50 doentes.

<sup>21</sup> Veja-se informações sobre o hospital em 1810 em *Almanach da Universidade de Coimbra para o anno de 1810*, Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1810. Sobre o conceito de hospital no início do século XIX veja-se José Joaquim de Barros “Memoria sobre os Hospitais do Reino”, *Memorias economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, 4, 1812, pp. 128-142.

<sup>22</sup> Era a seguinte a distribuição das camas do Hospital Escolar, em 1810: Enfermarias de homens – 1.ª Moléstias agudas: 12 doentes; 2.ª Moléstias crónicas: 10 doentes; 3.ª Cirurgia: 16 doentes; 4.ª Doenças venéreas: 6 doentes; 5.ª Doenças imundas: 6 doentes; 6.ª Convalescentes: 6 doentes; 7.ª Pessoas nobres: 8 doentes. Enfermarias de mulheres – 1.ª Moléstias agudas: 12 doentes; 2.ª Moléstias crónicas: 10 doentes; 3.ª Partos: 4 doentes; 4.ª Doenças venéreas: 10 doentes; 5.ª Doenças imundas: 6 doentes; 6.ª Cirurgia: 8 doentes; 7.ª Convalescentes: 6 doentes (Cf. *Almanach da Universidade de Coimbra para o anno de 1810*, Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1810, p. 50). A. A. da Costa Simões na *Noticia histórica dos Hospitais da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1882, p. 104, refere que em 1852, o hospital comportava um total de 200 a 250 doentes.

que haviam pertencido à Companhia de Jesus e que foram cedidos para o complexo hospitalar atrasaram-se algo mais do que o previsto. O Marquês de Pombal tentava sensibilizar o reitor reformador para a urgência das obras pois os edifícios eram necessários para o ritmo reformista que se queria incutir à Universidade de Coimbra<sup>23</sup>. Era desejo do Marquês de Pombal que as obras estivessem concluídas e os estabelecimentos a funcionar no ano letivo 1775/76 mas tal só se veio a concretizar mais tarde.

O Hospital Escolar situava-se no topo Norte do edifício deixado vago pelos padres da Companhia de Jesus, no Colégio de Jesus, na parte posterior, nas partes traseiras, da Sé de Coimbra. As suas instalações foram bem concebidas e adaptadas a hospital com uma visão muito esclarecida do que deveria ser uma instituição hospitalar

Administrativamente o Hospital Escolar foi o resultado da fusão de diferentes estabelecimentos hospitalares da cidade de Coimbra: o Hospital Real ou da Conceição, o que era o principal hospital da cidade de Coimbra, o Hospital da Convalescença<sup>24</sup> e o Hospital dos Lázaros ou de S. Lázaro<sup>25</sup>. Tudo parece indicar que esta medida também foi feita nou-

---

<sup>23</sup> Veja-se o teor da carta enviada pelo Marquês de Pombal a D. Francisco de Lemos. Neste documento está plasmada a preocupação de construir instalações hospitalares adequadas para a clínica e para o ensino médico. Cf. M. Lopes de Almeida, *Documentos da reforma pombalina*, vol. 1, Coimbra, Universidade, 1937, p. 62.

<sup>24</sup> O Hospital da Convalescença foi fundado em 1741. Tinha por objetivo receber doentes convalescentes, portadores de doenças crónicas e aqueles que necessitassem de prestação de serviços hospitalares, inválidos, etc. A sua administração era distinta da administração do Hospital Real e localizava-se no mesmo edifício do Hospital Real. O espaço físico desta unidade hospitalar alterou-se em função da transferência do Hospital Real para a parte alta da cidade. Vide, A. A. da Costa Simões, “Hospital da Convalescença: sua fundação e posterior administração até 1774”, in *Coimbra Médica*, 1 (4-5) 1881, pp. 58-62 e 76-79.

<sup>25</sup> Era um hospital muito antigo, também designado por gafaria de Coimbra. Terá sido fundado por D. Sancho I. Recebia doentes inválidos, vítimas de doenças incuráveis e tinha também funções assistenciais em casos de pobreza. A fusão deste hospital com o Hospital da Convalescença e com o Hospital Real foi fundamentalmente administrativa. O Hospital de S. Lázaro continuou a ter o seu espaço próprio. Ver sobre este assunto A. A. da Costa Simões, “Hospital de S. Lázaro: sua fundação e posterior administração até 1774”, *Coimbra Médica*, 1(10)1881, pp. 153-156 e, do mesmo autor, A. A. da Costa Simões, “Rendimentos do hospital de S. Lázaro”, *Coimbra Médica*, 1 (11-12) 1881, pp. 168-171 e 187-190. O Hospital de S. Lázaro mudou por diversas vezes de local: terá iniciado o seu funcionamento nos arredores de Coimbra. Em 1836, foi transferido para o Colégio de S. José dos Marianos. Em 1851, foi transferido para o Colégio de S. Jerónimo. Em 1853, foi determinada a sua passagem para o Colégio dos Militares.



tros países. A junção de pequenas unidades hospitalares em instituições hospitalares de maior dimensão era na época uma tendência que terá percorrido diversos países europeus com o objetivo de aumentar o orçamento desses hospitais.

Nesta sequência o Marquês de Pombal determinou que fossem entregues à Universidade as administrações daqueles três hospitais<sup>26</sup>. A partir de 1774 a fazenda da Universidade passou a administrar os bens desses três hospitais. A Faculdade de Medicina tinha a seu cargo o orçamento do hospital e a sua superior tutela e assim se manteve o regime administrativo por várias décadas. Esta administração tinha por objetivos aumentar o bolo económico resultante da fusão dos rendimentos dos três hospitais; controlar mais eficazmente a gestão do hospital; reunir num só hospital uma variedade de doentes, com patologias diversas, o que era muito adequado para um hospital escolar. O Marquês de Pombal entendeu, ainda, que o Hospital Real fosse vendido depois de todos os doentes terem sido transferidos para as novas instalações hospitalares.

### **O Hospital Real e o Hospital Escolar: de 1772 a 1779**

Entre 1772 e o início do funcionamento do Hospital Escolar o internamento dos doentes e o acesso dos alunos à cabeceira dos doentes, ou seja, o acesso à parte clínica por parte dos alunos de medicina foi feito no já existente Hospital Real. Este estado de coisas manteve-se até 1779. Este assunto não era novidade para esse hospital pois era lá que os alunos da Faculdade de Medicina em tempo anterior à reforma pombalina tinham algum ensino prático-clínico. Aquele hospital era considerado, nos finais do século XVIII, o maior e mais prestigiado hospital de Coimbra. Ficava situado na parte baixa da cidade, na Praça de S. Bartolomeu, hoje vulgarmente designada por Praça do Comércio ou Praça Velha. Tinha uma

---

Ler sobre este assunto A. A. da Costa Simões, *Notícia histórica dos Hospitais da Universidade de Coimbra, op. cit.*, pp. 55-56

<sup>26</sup> Provisões de 21 de Outubro de 1772, de 15 de Abril de 1774 e de 16 e 19 do mesmo mês e ano.

localização crucial na cidade, exatamente numa das partes mais vitais da cidade, embora estivesse situado num local algo húmido em contraposição com a localização do novo hospital que era localizado num local alto da cidade e arejado, como bem se recomendava. O Hospital Real havia sido fundado por D. Manuel, em 1508. A sua lotação inicial era de dezasseis doentes. Os Estatutos da Universidade de 1772 entendiam que o Hospital Real não apresentava as melhores condições de salubridade referindo: “E porque o Hospital da cidade, além de estar situado em lugar baixo, húmido e pouco saudável, e além de muitos inconvenientes, por uma parte se acha em grande distância das escolas e por isso tem mostrado a experiência que nele se fizeram as lições práticas de um modo perfunctório, com pouca frequência dos estudantes e pouca actividade dos mestres”<sup>27</sup>.

O Hospital Real aquando da sua fundação não tinha botica própria<sup>28</sup>. Em 1772 também não a tinha. O fornecimento de medicamentos para os doentes do Hospital Real nos finais do século XVIII era feito através do boticário do Hospital. Este era um profissional que tinha botica na cidade de Coimbra, em instalações próximas ou contíguas ao hospital. Esta botica fornecia os medicamentos ao hospital e o hospital pagava os serviços do boticário. Nem sempre o pagamento era realizado com a pontualidade pretendida como se pode verificar através das representações dirigidas à Junta da Fazenda da Universidade por António dos Santos e Sousa, boticário do Hospital Real antes da transferência do Hospital da zona baixa para a parte alta da cidade e que havia tomado por trespasses aos herdeiros a botica do seu antecessor Manuel Francisco da Silva. É interessante salientar que Manuel Francisco da Silva havia sido antecedido por outro boticário seu familiar: João Lopes Ferreira, que era seu primo. A botica também foi explorada por outro familiar boticário: Domingos

---

<sup>27</sup> *Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)*, vol. 3, *op. cit.*, p. 114.

<sup>28</sup> Veja-se B. A. Serra de Mirabeau, *Memoria histórica e commemorativa da Faculdade de Medicina nos cem anos decorridos desde a reforma da Universidade em 1772 até ao presente*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872, p. 80. Consultem-se os Estatutos da Universidade de Coimbra de 1559. Segundo este documento o hospital da cidade apoiava a Faculdade de Medicina no ensino da prática médica e o hospital não era provido de botica. Ele tinha um boticário contratado para fornecer medicamentos, ao hospital, Veja-se Serafim Leite, *Estatutos da Universidade de Coimbra (1559)*, Coimbra, Universidade, 1963, pp. 311-314.

Lopes Ferreira. Este assunto apresenta interesse acrescido na medida em que permite estabelecer redes familiares na exploração de boticas, uma característica muito marcada no meio farmacêutico<sup>29</sup>.

### O Dispensatório Farmacêutico e o Hospital Escolar

Dos Estatutos da Universidade de Coimbra de 1772 depreendemos que houve a preocupação de atingir os seguintes objetivos: “a) fundar no Hospital Escolar uma botica - o Dispensatório Farmacêutico; b) justificar o interesse da existência dessa mesma botica; c) apontar, vagamente, as áreas existentes nessa botica; d) lançar as directrizes da administração da botica; e) regulamentar o ensino específico para boticários”<sup>30</sup>.

Os Estatutos são omissos relativamente à localização do Dispensatório, às áreas pormenorizadas dos diversos sectores e a eventuais regulamentos internos. Nem provavelmente teriam que o ser. Contudo reserva-se um maior pormenor para o regime de formação dos boticários. Não estava em causa qualquer dúvida ou hesitação quanto à fundação do Dispensatório. Para os legisladores a criação de um dispensatório farmacêutico era uma real necessidade desde logo porque esse estabelecimento era muito importante para a administração do Hospital para a produção de medicamentos. Depois, também era igualmente importante a existência de um local dentro dos muros da Universidade para dar a formação de farmácia aos alunos de medicina e para dar formação aos alunos boticários. Os Estatutos, a este propósito, referem o seguinte:

Pedindo por uma parte a boa Administração do Hospital que nele ou junto a ela haja uma Botica, na qual se preparem os remédios que forem

---

<sup>29</sup> Sobre a produção medicamentosa no Hospital Real leia-se João Rui Pita, “Para a história da medicina e da farmácia setecentista em Coimbra: estudo de algum receituário médico do Hospital Real de Coimbra”, in *Arquivo Coimbrão*, 33-34, 1990-92, pp. 67-105; *Idem*, “Análise de algum receituário médico do Hospital Real de Coimbra. Um breve estudo da história da Medicina e da Farmácia conimbricense de finais do século XVIII”, in *Baixa de Coimbra. Uma viagem no tempo - Actas do 1.º Encontro sobre a Baixa de Coimbra realizado em 24 e 25 de Outubro de 1992*, Coimbra, 1995, pp. 59-80.

<sup>30</sup> João Rui Pita, *Farmácia, medicina e saúde pública em Portugal (1772-1836)*, op. cit., p. 265.

necessários aos enfermos, e sendo por outra parte muito conveniente que os Estudantes Médicos se exercitem nas Operações da Farmácia, como lhes é encarregado por estes Estatutos, e que na mesma Botica se criem também Boticários de profissão com a inteligência necessária para exercitarem a Arte de um modo saudável à vida dos Meus Vassallos, hei por bem ordenar que no mesmo edifício do Hospital ou junto dele se estabeleça um Dispensatório Farmacêutico com a capacidade e requisitos necessários para satisfazer aos sobreditos objectos<sup>31</sup>.

O Dispensatório Farmacêutico tinha então por objetivo promover o ensino farmacêutico a médicos e boticários. Tinha, também, como objetivo preparar medicamentos para os doentes do Hospital e para doentes externos que a ele fossem solicitar medicamentos. Foi, por conseguinte, a primeira botica do primeiro Hospital Escolar da Universidade de Coimbra, devidamente organizado e criado como tal. Foi o primeiro espaço dentro da Universidade reservado ao ensino farmacêutico em Portugal.

Com a fundação do Dispensatório Farmacêutico da Universidade de Coimbra valorizou-se a arte farmacêutica considerada na hierarquia das profissões sanitárias como uma arte manual e por isso subalterna das medicina doutrinal<sup>32</sup>. Os Estatutos de 1772 forneciam ainda uma relação sumária das diversas áreas que constituíam a botica do hospital. Referiam-se ainda ao seu modo de administração e regime de escolaridade dos estudantes boticários.

O Dispensatório Farmacêutico ficou instalado nos edifícios da Companhia de Jesus deixados vagos após a determinação da expulsão da

---

<sup>31</sup> *Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)*, vol. 3, *op. cit.*, p. 122.

<sup>32</sup> Sobre a farmácia em Portugal nos finais do século XVIII, consulte-se João Rui Pita, “La farmacia en Portugal a finales del siglo XVIII”, in Patricia Aceves, *La química en Europa y America (siglos XVIII y XIX) – Estudios de historia social de las ciencias químicas y biológicas*, México, Universidad Autónoma Metropolitana, 1994, pp. 69-92. Sobre o mesmo tema vejam-se, também, João Rui Pita, “La Pharmacie au Portugal (1772-1836)”, in *Revue d’Histoire de la Pharmacie*, Paris, 45 (317) 1998, pp. 51-58.; João Rui Pita e Ana Leonor Pereira, “Farmácia e saúde em Portugal – de finais do século XVIII a inícios do século XIX”, in Sebastião J. Formosinho; Hugh D. Burrows, *Sementes de ciência*. Livro de homenagem. António Marinho Amorim da Costa. Coimbra, Imprensa da Universidade, 2011, pp. 205-232

Ordem de Portugal em 1759<sup>33</sup>. O Dispensatório Farmacêutico veio ocupar os edifícios contíguos à Igreja do Colégio dos Jesuítas que havia sido entregue ao Cabido da Sé de Coimbra adaptada a Sé Catedral<sup>34</sup>.

O Hospital Escolar, bem como os estabelecimentos anexos - Dispensatório Farmacêutico e Teatro Anatómico - ficaram situados na parte Norte daquele complexo. Isto é: o Hospital tinha frente para a actual Couraça dos Apóstolos, ocupava toda a actual Rua Cirurgião Inácio Duarte e o ângulo desta rua com o actual Largo Marquês de Pombal. Ou seja, todo o rés do chão com entrada pelo atual Largo Marquês de Pombal. A parte restante daquele edifício, isto é, o primeiro andar do edifício (quando nos reportamos à entrada pelo referido Largo Marquês de Pombal) ficou reservada para o Gabinete de História Natural e para o Gabinete de Física Experimental. Em frente ao Dispensatório, a nascente deste edifício, veio a instalar-se o Laboratório Químico. Era no Laboratório Químico que futuros alunos de medicina e os alunos boticários aprendiam os ensinamentos químicos. No mesmo largo, frente a frente, situava-se a maioria dos estabelecimentos fundados pela Universidade de Coimbra destinados ao ensino das ciências experimentais. Fora deste perímetro assinalem-se o Jardim Botânico e o Observatório Astronómico.

---

<sup>33</sup> Foi através do Decreto de 3 de Setembro de 1759 que D. José determinou a expulsão da Companhia de Jesus de Portugal. Com a expulsão foram confiscados os seus bens, edifícios e outros bens como os que pertenciam às boticas dos seus colégios. Os inventários das drogas e utensílios pertencentes às boticas destas instituições constituem uma fonte importante para o estudo das boticas conventuais portuguesas e da farmácia da época. Vejam-se, por exemplo, os estudos de João Rui Pita; Ana Maria Bandeira, “Sequestro dos bens do Colégio de Jesus de Bragança – aspecto particular da sua botica”, *Brigantia*, 10(23)1990, pp. 187-211. Uma versão muito resumida deste artigo, dos mesmos autores, encontra-se em “A Botica do Colégio de Jesus de Bragança em 1759”, *Kalliope-De Medicina*, Coimbra, 3(1-2)1990, pp. 35-42. Sobre a farmácia conventual em Portugal veja-se ainda João Rui Pita e J. P. Sousa Dias, “A Botica de S. Vicente e a Farmácia nos mosteiros e conventos da Lisboa setecentista”, in *A Botica de S. Vicente de Fora*, Lisboa, Associação Nacional das Farmácias, 1994, pp. 19-25; João Rui Pita e Ana Leonor Pereira, “A arte farmacêutica no século XVIII, a farmácia conventual e o inventário da Botica do Convento de Nossa Senhora do Carmo (Aveiro)”, in *Ágora. Estudos clássicos em debate*, Aveiro, 14:1 (2012), pp. 47-90.

<sup>34</sup> Por Carta de 11 de Outubro de 1772, D. José autorizou o Marquês de Pombal a dar à Universidade, e com o melhor destino, os edifícios referidos. A 14 de Outubro de 1772, deu-se a ocupação oficial dos espaços. A área, depois de remodelada, foi ocupada pelo Cabido e pela Universidade.

Recorde-se que o edifício do Museu de História Natural, como ficou conhecido também o edifício do Colégio de Jesus, tem uma fachada com cerca de cento e dez metros de comprimento. A sua adaptação para os estabelecimentos pombalinos foi da responsabilidade do engenheiro e arquitecto inglês e oficial do exército, Guilherme Elsdén, que se radicou em Portugal por volta de 1760<sup>35</sup>.

O espaço destinado ao Dispensatório Farmacêutico era generoso a avaliar pelas plantas dos estabelecimentos fundados pela reforma pombalina facilmente nos apercebemos deste facto. Ainda na segunda metade do século XIX a área ocupada pelo Dispensatório Farmacêutico era considerada uma área de “grandes proporções”<sup>36</sup>. Deixando de parte o Jardim Botânico e o Observatório Astronómico, o Dispensatório tinha cerca de um terço da área do Hospital Escolar e quase a mesma área do Gabinete de História Natural. Tinha uma área muito superior ao Laboratório Químico, ao Gabinete de Física Experimental e muitas vezes superior ao Teatro Anatómico. É evidente que as áreas têm que ser relacionadas com os serviços e atividades aí prestadas mas deve sublinhar-se que a área reservada à parte farmacêutica era por si só de grandes dimensões.

Na prática o Dispensatório Farmacêutico era composto por mais secções do que as previstas pelos Estatutos de 1772. Além do Dispensatório Farmacêutico propriamente dito, havia a Casa de espera (local destinado ao público externo que vinha aviar os os medicamentos na Botica Pública), a Botica Pública (local destinado à preparação dos medicamentos para os doentes externos), a Aula de Farmácia (sala destinada às lições e às demonstrações, ou seja aulas teóricas e aulas práticas, embora fosse preferida para as lições teóricas, dadas pelo lente e pelo demonstrador de Matéria Médica e Arte Farmacêutica)<sup>37</sup>, as Acomodações (eram as

---

<sup>35</sup> Veja-se Matilde Pessoa de Figueiredo Sousa Franco, “Riscos das obras da Universidade de Coimbra. O valioso álbum da reforma pombalina”, Coimbra, Museu Machado de Castro, 1983. Sobre as obras da Universidade, veja-se, por exemplo, Pedro Dias, “O regimento das obras da Universidade de Coimbra ao tempo da reforma pombalina”, in *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, 6, 1984, pp. 335-348.

<sup>36</sup> Veja-se A. C. Borges de Figueiredo, *Coimbra antiga e moderna*, Lisboa, Livraria Ferreira, 1886, p. 296.

<sup>37</sup> Apenas como exemplo refira-se uma inventariação da aula de Matéria Médica: “n.º 1- Hum Retrato de inteira estatura do Senhor Rei D. Manuel. 2- Outro do Senhor

instalações do boticário administrador ou outro trabalhador do Dispensatório Farmacêutico que necessitasse dessas mesmas instalações), a Cozinha (espaço para a realização de trabalhos preliminares à manipulação dos medicamentos. Era neste local que se realizavam, por exemplo, trabalhos de purificação das águas, o tratamento preliminar de drogas vegetais, operações preliminares de triagem, lavagens de material e nesta secção também, provavelmente, se localizavam alguns instrumentos úteis à realização de operações farmacêuticas), a Cozinha para os alambiques (espaço articulado com o anterior mas onde estavam colocados especialmente os alambiques), o Armazém do Dispensatório (para armazenar as matérias-primas necessárias à preparação dos medicamentos, na sua maioria vegetais, a guardar em grandes gavetões de madeira e em recipientes de vidro ou porcelana), para além de largos corredores, entradas variadas e áreas vazias. Embora Dispensatório Farmacêutico fosse considerado o local no seu todo, o Dispensatório Farmacêutico propriamente dito era a secção que correspondia ao local destinado à preparação dos medicamentos, mas sobretudo dos medicamentos para os doentes do hospital.

O próprio hospital também era dotado de áreas específicas tanto para o exercício, quer da medicina como para o ensino médico. Nos três pisos do Hospital Escolar, sendo a entrada principal pela actual Couraça dos Apóstolos e com entrada secundária pelo actual Largo Marquês de Pombal, isto é, em frente ao Laboratório Químico, o hospital integrava as seguintes secções: o 1.º piso (entrada pela Couraça dos Apóstolos) era

---

Rei D. José 1.º. 3- Dois retratos a saber hum do Senhor Rei d. João 4.º e outro de. 4- Huã Cadeira para o Lente. 5- Huã Cadeira de Sola de braços com pergaria de Lataõ miuda. 6- Huã dita de Nogueira com assento de rotola. 7- Huã Banca com sua gaveta de madeira de fora, antiga goarnecida de panno verde com sua coberta de coiro. 8- Huã dita de pinho com huã gaveta. 9- Nove Bancos de pinho pintados sem encosto. 10- Diarrio das Observações Metriologicas desde o anno de 1792 te 1795. 11- Dois Livros de assentos das Sabatinas. 12- Hum dito findo. 13- Dois Livros de Matricula de Estudantes de Chirurgia. 14- Hum Escrutino de veludo amarelo. 15- Huã Caixa Selindrica de papelão que serve de urna nas Sabatinas. 16- Hum Tinteiro e arieiro de Estanho. 17- Hum Banco de encosto de pinho”, in *Inventario das Aulas da Faculdade de Medecina do Hospital de N. Senhora da Conceição*, 1799, art.º 2.º (Mantivemos a grafia do documento. A. U. C. - Hospital Real - Inventário de mobiliário e alfaias de culto. Inventário do material das Aulas de Medicina - 1799. IV-2.º E-7-3-14).

reservado a enfermarias, balneários para os doentes, casa do banco, celeiro, cozinhas, casa do forno, acomodações diversas e latrinas; o 2.º piso (ao nível do referido Largo Marquês de Pombal e correspondente ao 1.º andar com entrada pela Couraça dos Apóstolos) incluía as enfermarias, a aula de medicina, a casa do professor de medicina, a casa do capelão, variadas acomodações, casa de defeções, casa de tribuna e latrinas; o 3.º piso, compreendia as enfermarias, a instalações da convalescença, casa do cirurgião, casa do professor de medicina, capela, casa de espera, acomodações diversas e latrinas.

O Hospital Escolar manteve-se nas instalações do Colégio de Jesus até 1853. Neste ano foi transferido para o Colégio das Artes e edifícios anexos. O Dispensatório Farmacêutico só em 1881 foi transferido para o Colégio de S. Jerónimo, contíguo ao Colégio das Artes. Isto é: durante cerca de cem anos, o Dispensatório Farmacêutico funcionou nas instalações que lhe foram destinadas em 1772. Costa Simões, professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra e que liderou o Hospital da Universidade de Coimbra nos finais do século XIX refere que a mudança foi iniciada no dia 11 de Novembro de 1881 e que no dia 25 de Novembro, isto é, cerca de duas semanas depois realizou-se o primeiro aviamento de um medicamento nas novas instalações do Dispensatório Farmacêutico<sup>38</sup>.

Pelas nossas investigações, nos anos de 1778 e 1779, ainda não estava o Dispensatório Farmacêutico em funcionamento, havia fornecimento de medicamentos aos doentes do hospital<sup>39</sup>. Tudo parece indicar que o boticário Santos e Sousa seria fornecedor de medicamentos ao Hospital

---

<sup>38</sup> A. A. da Costa Simões, *Construções hospitalares (Noções geraes e projectos) com referência aos Hospitais da Universidade*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1890, p. 35.

<sup>39</sup> Esta prática também era frequente noutros países. Em Espanha, até ao século XVIII, era vulgar as instituições hospitalares, que não eram dotadas de uma botica própria, recorrerem a boticários do exterior para o fornecimento de medicamentos. De acordo com Juan Esteva, em hospitais espanhóis setecentistas a botica podia ser propriedade do hospital. Ou então os medicamentos podiam ser fornecidos por um boticário exterior ao hospital. Nalguns casos, o próprio boticário era o proprietário da botica do hospital. Neste caso, fazia a sua exploração. Tinha também a liberdade para negociar a venda da botica a um outro boticário. Juan Esteva tomou como exemplo a botica do Hospital do Bonsucesso, em Madrid, em pleno século XVIII. Cf. Juan Esteva, *Historia de la Farmacia (apuntes)*, Barcelona, Facultad de Farmacia, 1979-1980, p. 268.



de S. Lázaro, Hospital da Convalescença e Hospital Real. António dos Santos e Sousa o boticário do Hospital Real, ao que tudo indica com botica estabelecida em Coimbra, terá sido por isso o primeiro boticário do Hospital Escolar embora não possa ser considerado o primeiro boticário do Dispensatório Farmacêutico. Ele terminou as suas funções quando o hospital novo abriu na Couraça dos Apóstolos e os doentes foram transferidos.

O que se pretendia com o Hospital Escolar era que fosse um hospital para o ensino e para o público. Na sua génese estava o duplo objetivo de ser um hospital para a cidade e um hospital escolar. O mesmo aconteceu com o Dispensatório Farmacêutico que era, para a época, uma botica de grande dimensão<sup>40</sup>. Do ponto de vista administrativo ele resultava e asentava na junção das rendas dos hospitais mais pequenos da cidade mas simultaneamente, para além desta componente administrativa houve a sua fixação num novo local e num novo edifício. Na Europa<sup>41</sup> foram fundados grandes hospitais gerais como os de Necker e Cochin, em França; o Guy's Hospital, o Hospital de São Jorge e o London Hospital, na Grã-Bretanha; o Hospital Geral, em Viena de Áustria; o Hospital Geral de Madrid dentro desta lógica de modernização de instalações com a salvaguarda das suas melhores condições económicas.

---

<sup>40</sup> Não é nosso objetivo estudar a produção medicamentosa do Dispensatório Farmacêutico. Veja-se, sobre este assunto, a Tese de Doutoramento de João Rui Pita, *A Farmácia na Universidade de Coimbra (1772-1836). Ciência, ensino e produção de medicamentos no Dispensatório Farmacêutico*. 2 vols. e anexos, Coimbra, Tese de Doutoramento – Faculdade de Farmácia, 1995 da qual aproveitámos algumas fontes para a elaboração do presente estudo. Sobre a história da farmácia, ler João Rui Pita, *História da farmácia*, 3.ª edição revista, Coimbra, Minerva, Coimbra, 2007; João Rui Pita, “Épocas da farmácia em Portugal e na Europa: sinopse histórica”, in Adília Fernandes (coord.) *Revista CEPIHS – Centro de Estudos e Promoção da Investigação Histórica e Social*, (Trás-os-Montes e Alto Douro), 3, 2013, pp. 245-267.

<sup>41</sup> Sobre este assunto leiam-se, por exemplo, os estudos clássicos de Juan Riera, *Historia, Medicina y Sociedad*, Madrid, Ediciones Pirámide, 1985, pp. 393-395; Erwin H. Ackerknecht, *La médecine hospitalière à Paris (1794-1848)*, Paris, Payot, 1986, pp. 29-30, demonstra a função do hospital na medicina da transição do século XVIII para o século XIX, vulgarmente designada pelo autor como medicina hospitalar. Sobre a Europa e a farmácia veja-se o estudo de João Rui Pita e Ana Leonor Pereira, “A Europa científica e a farmácia portuguesa na época contemporânea”, in *Estudos do Século XX*, 2, 2002, pp. 231-265.

## **Conclusão**

A fundação do Hospital Escolar e do Dispensatório Farmacêutico da Universidade de Coimbra inseriu-se na dinâmica valorizadora do espírito experimental que se pretendia imprimir à Universidade de Coimbra. O Hospital resultou da junção de três hospitais existentes na cidade. O seu objetivo era o serviço ao ensino mas simultaneamente prestação de serviços ao exterior, tal como o Dispensatório Farmacêutico. O Hospital Escolar foi construído em moldes modernos e obedecendo ao que se ia fazendo e estabelecendo em diversos países europeus embora tenha sido sujeito a adaptações nos anos seguintes. Na génese destes estabelecimentos houve significativa preocupação legislativa e regulamentar consideradas pilares importantes para o funcionamento futuro da instituição.